

## INTRODUÇÃO À ANÁLISE ARGUMENTATIVA

Coleção LÓGICA

---

- *Introdução à lógica*, Harry J. Gensler
- *Introdução à análise argumentativa: teoria e prática*, Marcus Sacrini

MARCUS SACRINI

INTRODUÇÃO À ANÁLISE  
ARGUMENTATIVA  
Teoria e prática

Segunda edição - revista e ampliada



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Direção editorial: *Darlei Zanon*  
Gerente de *design*: *Danilo Alves Lima*  
Coordenação de revisão: *Tiago José Risi Leme*  
Preparação do original: *Luciana Mourão Maio*  
Capa e diagramação: *Gustavo Gomes*  
Imagem capa: iStock  
Editoração, impressão e acabamento: PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

---

Sacrini, Marcus  
Introdução à análise argumentativa : teoria e prática / Marcus Sacrini. – 2.  
ed. - São Paulo : Paulus, 2023.  
(Coleção Lógica)

ISBN 978-65-5562-796-1

1. Análise do discurso I. Título II. Série

23-0016

CDD 401.41

---

Índice para catálogo sistemático:  
1. Análise do discurso



Seja um leitor preferencial PAULUS.  
Cadastre-se e receba informações  
sobre nossos lançamentos e nossas promoções:  
[paulus.com.br/cadastro](http://paulus.com.br/cadastro)  
Teleendas: (11) 3789-4000 / 0800 016 40 11

2ª edição, 2023

© PAULUS – 2023

---

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 • São Paulo (Brasil)  
Tel.: (11) 5087-3700  
[paulus.com.br](http://paulus.com.br) • [editorial@paulus.com.br](mailto:editorial@paulus.com.br)

ISBN 978-65-5562-796-1

*Para Caetano E. Plastino,  
meu professor e amigo.*



## PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Este livro foi gestado no início da década de 2010 e publicado, em sua primeira edição, em 2016. Desde então tem servido como um manual introdutório em vários cursos da área de Humanidades. Nele, apresento uma visão sistemática dos argumentos e das práticas argumentativas que possa servir tanto para estudos acadêmicos quanto para o entendimento e a participação em discussões argumentadas nos mais variados contextos sociais. O emprego do livro em sala de aula, as sugestões de colegas e o estudo continuado da bibliografia referente à análise argumentativa permitiram reconhecer a importância de desenvolvimentos mais pormenorizados de alguns temas, bem como de ajustes na exposição de outros. Esta segunda edição apresenta uma revisão cuidadosa de todos os capítulos, e não somente no que tange ao estilo expositivo. Detalhamentos conceituais significativos foram acrescentados no correr da obra, e, em alguns casos, reestruturações completas de capítulos foram propostas. Além disso, novos exercícios, e suas respectivas correções, foram adicionados. Leitores da primeira edição do livro encontrarão tópicos não recobertos naquela versão e abordagens renovadas de muitos temas ali presentes. Destaco, a seguir, somente as grandes modificações constitutivas da segunda edição:

- Exposição desenvolvida do papel das sentenças não assertivas nos argumentos (capítulo 1);
- Aprofundamento da análise dos tipos de sentença e de seus componentes (capítulo 1);
- Reformulação ampla da exposição sobre definições (capítulo 2);
- Nova apresentação das noções de dedutividade e indutividade, com impacto no modo de avaliar os argumentos (capítulo 3);
- Inclusão de uma nova seção com sugestões para diagramar argumentos complexos (capítulo 5);
- Unificação das avaliações inferencial e sentencial em um só capítulo; discussão detalhada dos critérios para a avaliação das premissas (capítulo 6);
- Apresentação introdutória do método da dedução natural (capítulo 7);
- Detalhamento tanto das noções de condições necessárias e suficientes quanto dos métodos de Mill (capítulo 8);

- Reformulação ampla do capítulo 9, que passa a incluir como tema as formas de argumentação incoerente e os vieses cognitivos;
- Caracterização pormenorizada das controvérsias argumentativas em contraste com disputas (capítulos 10 e 11);
- Detalhamento da noção de agir racional à luz da ideia de responsividade a razões (Epílogo).

Muitos leitores da primeira edição fizeram sugestões que colaboraram para esta nova versão, e sou grato a todos. Em particular, agradeço aos professores Antônio David, Denílson Cordeiro e Saulo de Freitas Araújo por observações críticas detalhadas ao texto. Espero que, com todas as modificações da segunda edição, este livro ofereça contribuições ainda mais abrangentes para a formação crítica dos leitores.



## INTRODUÇÃO

Este livro tem por base vários cursos de graduação que ministrei no departamento de filosofia da Universidade de São Paulo. Buscava, nesses cursos, oferecer aos alunos ferramentas interpretativas por meio das quais a compreensão dos textos filosóficos avançasse para além daquilo que uma leitura ingênua ou mesmo um simples resumo forneceriam. Em geral, a formação acadêmica brasileira em filosofia enfatiza a leitura de autores clássicos, cujas doutrinas os estudantes devem reconhecer em seus traços gerais. Para que sedimentem um entendimento razoável das posições filosóficas desses autores, os estudantes, assim se supõe, já devem possuir habilidades refinadas de leitura e análise que os capacitam para tanto. Contudo, sem o exercício *explícito* de técnicas específicas de reconstrução e interpretação de textos, não se deve esperar que o alunado vá além da aplicação, por vezes irrefletida, de esquemas espontâneos de análise, os quais muitas vezes são insuficientes para capturar as finuras conceituais das posições filosóficas estudadas. Sem tematizar quais as habilidades efetivamente requeridas para a devida compreensão dessas posições, não se saberá se esses esquemas espontâneos de compreensão são mesmo suficientes, e os estudantes arriscam-se a passar pela formação acadêmica com grandes deficiências técnicas, porque nunca tiveram a chance de reconhecer e aperfeiçoar, metodicamente, seus esquemas de leitura e análise.

Decerto, essas dificuldades não se limitam ao estudo de obras filosóficas. Textos teóricos das mais diferentes áreas, quaisquer que sejam seus formatos (artigo, capítulo, manual etc.), exigem formas de análise que excedem em muito os modos ingênuos de leitura. Em outro livro, propus um método de fichamento por etapas que permite explicitar diferentes níveis de organização do texto estudado: inicialmente cabe dividir as grandes partes temáticas; em seguida, reconhecer as sucessivas tarefas lógicas pelas quais os temas são desenvolvidos no interior dessas partes; por fim, traçar considerações sintéticas sobre o movimento expositivo global por meio de três noções-chave: problema, tese ou posição e argumentação.<sup>1</sup> Ao ganhar habilidade na escrita de fichas desse tipo,

<sup>1</sup> Cf. SACRINI, M. *Leitura e escrita de textos argumentativos*. São Paulo: Edusp, 2019. cap. 5.

normalmente já se consegue ler com um bom nível de compreensão textos teóricos de grande complexidade. Entretanto, particularmente quanto ao item final da ficha sintética, a *argumentação*, há uma série de aprofundamentos que exigem, por si sós, uma abordagem autônoma. É exatamente o que este livro vem oferecer. Dado algum treino de leitura segundo nosso método de fichas, os estudantes conseguem reconhecer os amplos movimentos expositivos de textos teóricos e os principais conceitos aí introduzidos, bem como localizar as teses centrais defendidas. Entretanto, nesse tipo de leitura, faltam técnicas para entender de que forma as teses são legitimadas e para avaliar se essa legitimação foi bem-sucedida. Desse modo, deixa-se de lado um aspecto *essencial* dos textos teóricos: os argumentos, momentos expositivos em que as teses apresentadas são efetivamente justificadas. Em particular, parece-me que um dos traços que permite reconhecer o discurso filosófico no correr dos tempos é o *caráter argumentado da defesa das teses apresentadas*. Um discurso filosófico elabora uma posição acerca de problemas conceitualmente muito amplos e que não aceitam uma solução empírica simples. O que marca a defesa filosófica de tal posição não é um apelo a preferências pessoais ou a autoridades instituídas, e sim a construção de uma *justificativa racional*, ou seja, a apresentação de *razões* que buscam garantir a correção da posição defendida. Sem pretender uma caracterização geral da filosofia, insisto apenas em que o entendimento dessa sustentação racional e sua avaliação exigem análises bastante específicas, que extrapolam o valioso trabalho de reconstrução da estrutura expositiva global do texto.

Não se trata de reduzir a filosofia ou os discursos teóricos em geral à argumentação *stricto sensu*, visto que há outros aspectos expressivos, não necessariamente argumentativos, que contribuem para constituir as posições defendidas. Além disso, importa reconhecer que se argumenta em muitos contextos que não o filosófico ou o científico. Dessa maneira, ao menos parte das técnicas argumentativas exigidas para a compreensão de textos filosóficos e científicos desenvolve habilidades *críticas* cuja aplicabilidade vai bem além de estudos altamente especializados. Neste livro, apresentarei a argumentação em seu caráter de atividade discursiva ampla, isto é, passível de ser exercida em muitos contextos, e não só naquele das discussões filosóficas acadêmicas. Nesse sentido geral, a argumentação é uma *prática social* de defesa de teses ou posições não evidentes por meio de justificativas racionais. Essa defesa normalmente envolve uma confrontação lógica entre posições rivais, o que ocorre em diversos tipos de debates. O principal instrumento para a progressão das argumentações, assim entendidas, são os *argumentos*, estruturas

discursivas que buscam oferecer razões para teses não imediatamente óbvias. Neste livro, buscarei esclarecer o que são argumentos, quais são seus componentes, seus pressupostos, bem como algumas de suas formas mais comuns. Não me aprofundarei em uma discussão teórica desses temas. Mantenho o espírito dos cursos em que me baseei para escrever esta obra, nos quais ensinava *procedimentos* que qualificassem os alunos a compreender mais finamente o discurso filosófico. Assim, vou expor vários tópicos voltados ao reconhecimento, à reconstrução e à avaliação de argumentos, os quais serão fixados por meio de exercícios apresentados ao final dos capítulos. Espero, dessa maneira, que os leitores sedimentem as aptidões básicas de compreensão e produção de discursos argumentativos.

Na maior parte do livro, a análise vai centrar-se nos argumentos isolados, isto é, tomados como *produtos* de processos discursivos muito mais amplos, os debates, nos quais as argumentações ocorrem. Os dois capítulos finais versam justamente sobre aspectos centrais dessas discussões argumentativas entendidas como ocasiões para a sustentação de posições, amiúde em contraste com posições alheias. A argumentação será abordada, então, como um tipo de *processo*, do qual os argumentos são os produtos, passíveis (conforme já terá sido visto na primeira parte da obra) de análise autônoma. Do ponto de vista técnico, importa, quanto a esses capítulos finais, aprender a reconhecer quais são os tipos de controvérsias, quais as condições para o seu exercício de modo racionalmente produtivo, quais os movimentos argumentativos constituintes da sua dinâmica e como seus resultados devem ser avaliados.

Cabe ressaltar que esses temas gerais (a estrutura dos argumentos e os debates em que são usados) alcançam domínios muito mais extensos que aqueles do campo temático da filosofia, no interior do qual este livro foi gestado. Os tópicos abordados no correr dos capítulos não interessam só a estudantes de filosofia, uma vez que poderiam ser ensinados em vários cursos acadêmicos. Que os argumentos tenham tais estruturas, que os testes avaliativos de sua eficácia sejam esse e aquele, é algo que serve a especialistas de várias formações, tais como: juristas, jornalistas, administradores, políticos, cientistas etc. É verdade que a participação em discussões ligadas às áreas de atuação desses profissionais exige níveis consideráveis de conhecimento especializado. Em um júri, promotores e advogados devem conhecer bem os códigos legais vigentes para construir a defesa ou a acusação de um réu. Em um colóquio científico, os participantes devem conhecer os dados e as metodologias específicas da disciplina sobre a qual as discussões ocorrem. De qualquer modo, independentemente do conteúdo particular das discussões, conhecer

e usar bem as estruturas argumentativas tornará mais convincente o posicionamento dos participantes nesses debates especializados.

Além disso, é inegável que a argumentação, principalmente em seu caráter de *prática discursiva*, é uma atividade facilmente reconhecível fora do domínio acadêmico. Longe de ser algum tipo de exercício especializado, a argumentação está presente em diversas situações do convívio social, de maneira que conhecer bem as técnicas de reconstrução e avaliação de argumentos capacita os interessados a nelas agir mais lúcida e eficientemente. Considerem os seguintes exemplos:

- diversos meios de comunicação promovem debates ou oferecem espaços para que o público expresse sua posição e discuta um tópico;
- em época de eleições governamentais, os candidatos discutem entre si, tentando exibir propostas que sirvam como razões para receber os votos. Por sua vez, os eleitores devem saber pesar os prós e contras das propostas apresentadas, se almejam votar de modo responsável;
- em assembleias ou reuniões de grupos variados, é comum tentar convencer os colegas acerca da importância de uma certa questão ou acerca de qual curso de ação seguir;
- negociações dos mais variados tipos exigem análises meticolosas dos dados disponíveis e seu emprego cuidadoso em tentativas de conciliar interesses diversos e, por vezes, opostos;
- fóruns de discussão *on-line* estão abertos a contribuições que auxiliem os posicionamentos ali sugeridos a avançar produtivamente.

Essas são só algumas situações em que pessoas com as mais diversas formações culturais e profissionais se engajam em discussões argumentativas. Sem dúvida, cada uma delas envolve particularidades procedimentais e de interações que exigem um aprendizado específico. Em todo caso, nelas há núcleos argumentativos similares, os quais podem ser estudados sob uma perspectiva teórica una. Neste livro, discutirei os componentes gerais dos argumentos e das discussões argumentativas, e espero capacitar os leitores a reconhecer e avaliar os argumentos com que se defrontem, bem como a participar produtivamente das discussões que lhes interessem, no sentido de saber propor argumentos convincentes, evitar falácias, responder a objeções, lançar críticas, entre outros procedimentos discursivos marcantes da argumentação. De um ponto de vista global, o objetivo do livro é oferecer recursos analíticos para a compreensão de argumentos e discussões racionais concretas, isto é, com as quais os leitores podem, de fato, se envolver conforme suas obrigações profissionais ou suas preocupações pessoais e civis. Não pretendo desenvolver, aqui, análises históricas sobre a argumentação, nem fixar-me em questões teóricas de lógica. A ênfase está na aquisição

de técnicas que contribuam efetivamente para um ganho no desempenho voltado quer para a interpretação e avaliação, quer mesmo para a criação de discursos argumentados nas situações cabíveis.

Em relação a esse aspecto “criativo”, vale salientar que a análise argumentativa não se limita a capturar e escrutinizar discursos *alheios*, mas pode ser sedimentada como habilidade privilegiada para interpretar as situações vividas, formar crenças sobre os mais variados estados de coisas mundanos e tomar decisões acerca de cursos de ação a seguir e mesmo acerca de valores a assumir. Os exercícios pacientes de reconstrução e avaliação de argumentos tendem a densificar o próprio modo de pensar, que passa, cada vez mais habitualmente, a clarificar as próprias crenças e a buscar razões para sustentá-las, em vez de obstinar-se com posições dogmáticas e repetir erros de raciocínio. O exercício da análise argumentativa consolida, destarte, uma *autorregulação racional* com um forte potencial transformador da vida prática.<sup>2</sup>

Cabe ainda expor uma última característica nuclear da análise argumentativa aqui proposta. Os recursos analíticos que a compõem são extraídos, em grande medida, do domínio conhecido como *lógica informal*, um campo de estudos constituído por combinações de diferentes abordagens que almejam distinguir e estudar, em seus aspectos nucleares e relações, os argumentos e as situações argumentativas *reais*, e não apenas seus esquemas abstratos formalizados.<sup>3</sup> Nesse sentido, a análise argumentativa tem relativa autonomia quanto aos métodos desenvolvidos pela lógica formal ou simbólica. Com efeito, há um debate bastante complexo acerca das relações entre lógica formal e informal,

<sup>2</sup> Essa *disposição* de aplicar aos próprios modos de agir e pensar cotidianos os recursos argumentativos é o que se costuma chamar de “pensamento crítico”. Seguimos, neste ponto, Alec Fisher: “É claro que o pensamento crítico opõe-se ao pensamento *passivo* ou *irrefletido*, o tipo de pensamento que ocorre quando alguém tira conclusões apressadas ou aceita indícios, alegações ou decisões meramente tais como aparecem, sem de fato pensar sobre eles. Trata-se de uma atividade *perfectível* [*skillful*], que pode ser feita de um modo melhor ou pior, e o bom pensamento crítico vai satisfazer vários padrões intelectuais, como aqueles de clareza, relevância, adequação, coerência etc. O pensamento crítico claramente exige a interpretação e avaliação de observações, métodos de comunicação em massa e outras fontes de informação. Também exige a habilidade de pensar sobre pressupostos, de pôr questões pertinentes, de extrair implicações, isto é, de raciocinar e argumentar por completo. Além disso, o pensador crítico crê que há muitas situações em que a melhor maneira de decidir em que acreditar ou o que fazer é empregar esse tipo de pensamento refletido e arrazoado e, assim, tende a usar esses métodos quando quer que eles se mostrem apropriados” (FISHER, A. What critical thinking is. In: BLAIR, J. A. (ed.). *Studies in critical thinking*. 2. ed. Windsor: Windsor Studies in Argumentation, 2021. p. 23).

<sup>3</sup> Sobre esse ponto, cf. GROARKE, L. How to define an informal logic. In: BLAIR, J. A.; TINDALE, C. W. (ed.). *Rigour and reason*. Essays in honour of Hans Wilhelm Hansen. Windsor: Windsor Studies in Argumentation, 2020. p. 231-51).

e não é caso de retomá-lo em detalhes.<sup>4</sup> Importa somente atestar a importância de um estudo não formalizado dos argumentos. Inicialmente, deve-se reconhecer que a lógica informal *não* vai se limitar a considerar os conteúdos particulares de cada inferência, deixando todos os aspectos referentes à forma dos argumentos para a lógica simbólica. Não é nada disso; a lógica informal almeja fixar normas e procedimentos gerais para o reconhecimento e a avaliação dos discursos argumentativos; ela se constitui como uma abordagem teórica sistemática, tal qual a lógica formal. E, nessa busca por sistematicidade e generalidade, esse tipo de análise aborda os aspectos relativos à forma dos argumentos. Não há, assim, mútua exclusão entre lógica formal e informal. Um exemplo notável disso é a noção de *validade* das inferências argumentativas, a qual, em grande medida, está ligada às *formas* dos argumentos e, mesmo assim, tem bastante pertinência para a análise informal dos discursos argumentativos. Não se deve, portanto, pensar que há uma divisão de tarefas entre lógica formal e informal que corresponderia, respectivamente, ao estudo da forma e do conteúdo das estruturas argumentativas. Na verdade, o cerne da distinção entre os dois tipos de lógica se encontra no emprego de linguagens simbólicas artificialmente construídas. Na lógica informal, tenta-se clarificar as estruturas argumentativas tais como formuladas em linguagem natural, isto é, nos idiomas em que as pessoas se comunicam habitualmente, sem que seja preciso traduzir essas estruturas para uma linguagem artificial altamente especializada, somente na qual seria, então, possível explicitar as relações inferenciais ali vigentes. A lógica informal considera os argumentos tais como empregados na linguagem comum, o que implica levar em conta seus contextos de uso, os critérios de aceitabilidade e relevância ali em vigor, a inserção dos argumentos em amplas controvérsias etc. Diferentemente disso, a lógica formal, tal como estabelecida no final do século XIX e início do século XX, abstrai todo conteúdo material das sentenças para desvelar a sua pura forma proposicional e investigar diferentes tipos de encadeamentos passíveis de se obter entre elas, sem precisar referir-se às circunstâncias concretas de seu uso. Enfatiza-se, nesse estudo, a microestrutura lógica das sentenças, isto é, a sua composição por conectivos, quantificadores e outros conceitos puramente formais. Por meio disso, é possível, por exemplo, antecipar com grande precisão as possibilidades de encadeamentos válidos para certos tipos de formas proposicionais. Por sua vez,

<sup>4</sup> Para a exposição dos principais temas ligados a esse debate, cf. JOHNSON, R. The relation between formal and informal logic. *Argumentation*, v. 13, n. 3, p. 265-74, 1999; SHERRY, D. Formal logic for informal logicians. *Informal Logic*, v. 26, n. 1, p. 199-220, 2006; JACQUETTE, D. On the relation of informal to formal logic. In: JACQUETTE, D. (ed.). *Philosophy of logic*. Amsterdam: North-Holland: Elsevier, 2007. p. 131-54.

a análise informal dos argumentos recorre a métodos não claramente mecanizáveis e que não portam tamanha força preditiva; ainda assim, tal análise revela aspectos da argumentação normalmente não explorados pelo estudo das formas proposicionais e suas conexões abstraídas de todo conteúdo situacional.

Não é o caso de apontar uma incomensurabilidade temática entre lógica formal e análise não formalizada dos argumentos, como se alguns dos tópicos mais explorados nessa última (tais como a noção de aceitabilidade das premissas e a de sentenças implícitas) jamais pudessem ser abordados de modo puramente formal. Com efeito, não é impossível alterar alguns parâmetros da lógica formal clássica, para que ela abarque os temas acentuados pela análise não formalizada.<sup>5</sup> Em todo caso, permanece uma diferença metodológica geral, há pouco mencionada. Não é o caso, em uma análise argumentativa não formalizada, de traduzir as sentenças em linguagem natural para uma linguagem simbólica criada artificialmente. De fato, haverá, na análise argumentativa, *esquematisações* dos argumentos a partir da forma lógica de algumas sentenças, além de *diagramações* do movimento inferencial estudado. Mas trata-se aí somente de recursos para tornar intuitivos aspectos estruturais dos argumentos analisados, recursos que não excluem a consideração de outros aspectos concretos dos argumentos, o que é bem diferente de uma *tradução* para uma linguagem simbólica artificial. Desse modo, o que marca a especificidade da análise argumentativa, em contraste com a análise puramente formal dos argumentos, é a centralidade de aspectos por assim dizer “materiais” da argumentação, os quais são tematizados *conjuntamente* com os aspectos ligados à forma lógica das estruturas argumentativas, e não simplesmente suspensos ou abstraídos para que só esses aspectos formais sejam explorados por meio de linguagens artificiais. Exemplos desses aspectos materiais ou contextuais são: os dados relevantes para determinar a aceitabilidade das premissas, o caráter apropriado ou inapropriado da linguagem em que o arguidor se comunica, tendo em vista o público ao qual se dirige, os pressupostos factuais ou conceituais que operam como premissas implícitas, as diretivas intelectuais para a exposição e avaliação de argumentos, a dinâmica das controvérsias em que os argumentos estão inseridos etc. Nenhum desses temas parece ser exaurível por um estudo das formas proposicionais e seus tipos de encadeamentos, conquanto, conforme afirmado acima, não sejam completamente estranhos a tal estudo. Isso quer dizer que a análise argumentativa não formalizada circunscreve um âmbito de atuação mais vasto do que aquele comumente explorado pela lógica formal (ao menos

<sup>5</sup> Conforme sugere Leo Groarke em “The fox and the hedgehog: on logic, argument and argumentation theory”. *Proto Sociology*, v. 13, p. 29-45, 1999.

em sua versão clássica), e o explora por meios próprios, não redutíveis àqueles da análise simbólica. Em todo caso, eu insisto, não há oposição entre essas perspectivas teóricas, mas, antes, *possibilidades de complementação*. Saber técnicas de lógica formal certamente contribuiu para apreender com clareza as relações inferenciais entre as sentenças, além de permitir uma exploração aprofundada da sintaxe lógica interna às sentenças. Meu ponto é somente que essas técnicas não esgotam a complexidade nem da argumentação enquanto prática social por meio da qual se tenta justificar teses não óbvias, nem dos argumentos como instrumento discursivo central para que as discussões racionais avancem em contextos concretos. A análise argumentativa, por sua vez, familiariza os interessados com alguns aspectos constitutivos da complexidade da atividade argumentativa que normalmente não são abarcados pela lógica formal.

É imprescindível salientar que o campo de estudos da análise argumentativa é extenso e comporta divergências de interpretação, o que, sem dúvida, motivou-me a preparar esta obra. Afinal, se um só dos livros publicados sobre o tema se confirmasse como uma abordagem abrangente e definitiva, bastaria consultá-lo. Porém, há tal riqueza conceitual inerente aos temas e técnicas da análise argumentativa, que o seu estudo comporta vários caminhos exploratórios, nem todos plenamente compatíveis. Tendo me dedicado, por um longo período, a estudar livros e artigos dessa área, proponho uma abordagem que julgo pertinente ao menos para salientar alguns tópicos nucleares referentes à argumentação e para descrever procedimentos que auxiliem em seu entendimento. É claro que minha exposição se serve amplamente de resultados já estabelecidos em importantes textos sobre o assunto, os quais serão devidamente mencionados no transcorrer dos capítulos. Entretanto, em seu traçado geral, o conteúdo deste livro não é redutível a nenhum deles, e reflete escolhas teóricas e desenvolvimentos temáticos próprios. Não pretendo, com isso, esgotar os tópicos abordados, e sim apresentar uma concepção de análise argumentativa (entre outras possíveis) que seja capaz de fortalecer as capacidades de compreensão e mesmo de produção de argumentos, além de servir como guia para o engajamento produtivo em discussões racionais.